



**PREFEITURA DE  
CAPELINHA**

**PREFEITURA DE CAPELINHA**

CNPJ: 19.229.921/0001-59

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA  
CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO Nº 012/2025.**

**OBJETO:** TERMO DE FOMENTO ENTRE O  
MUNICÍPIO DE CAPELINHA E A  
ASSOCIAÇÃO CAPELINHENSE DE APOIO  
AOS PORTADORES DE CÂNCER - ACPAC  
NO MUNICÍPIO DE CAPELINHA/MG.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 31, inciso II da Lei Federal nº 13.019/2014.

**ENTIDADE ADJUDICADA:** Associação Capelinhense de Apoio aos Portadores de  
Câncer - ACPAC, CNPJ sob nº 24.725.496/0001-29, entidade sem fins lucrativos.

Considerando as especificidades da Lei nº 13.019/2014;

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e  
recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo  
art. 2º da Lei nº 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parcerias  
entre ambos para consecução do objeto.

Considerando que o presente Termo de Fomento possibilita ao Município concessão  
de subvenção a Associação Capelinhense de Apoio aos Portadores de Câncer -  
ACPAC.

Considerando que o Plano de Trabalho apresentado pela Associação Capelinhense  
de Apoio aos Portadores de Câncer - ACPAC possui o fim de proporcionar  
assistência em diversas áreas aos pacientes oncológicos atendidos pela entidade e  
suas famílias e apoio a construção do Hospital do Câncer.

Considerando que a Lei nº 13.019/2014 preceitua em seu art. 31 hipótese de  
inexigibilidade de chamamento público para a celebração de parceria com OSC's,  
quando a competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da  
natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser  
atingidas por uma entidade específica, em especial, segundo o inciso II, se a  
parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja



**PREFEITURA DE  
CAPELINHA**

**PREFEITURA DE CAPELINHA**

CNPJ: 19.229.921/0001-59

autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Considerando que o objeto do projeto apresentado pela entidade possui natureza singular.

Diante do exposto, a Secretaria Municipal de Saúde solicita a formalização do Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público para realização de Parceria através de Termo de Fomento subsidiando o valor de R\$ 131.760,46 (cento e trinta e um mil, setecentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos), nos termos da Lei nº 13.019/2014, entre o Município de Capelinha e a Associação Capelinhense de Apoio aos Portadores de Câncer – ACPAC.

#### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolva a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder à dispensa ou inexigibilidade para tanto.

Neste ínterim, tendo em vista que, após análise acurada, observamos que



**PREFEITURA DE  
CAPELINHA**

**PREFEITURA DE CAPELINHA**

CNPJ: 19.229.921/0001-59

a Associação Capelinhense de Apoio aos Portadores de Câncer - ACPAC apresentou Plano de Trabalho com o fito de realizar atividade de natureza singular consistente na assistência a pacientes oncológicos do Município de Capelinha deve-se recorrer ao comando constante do artigo 31, II, do mesmo diploma, que dita:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:  
[...]

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (BRASIL, Lei nº 13.019/2015).

Além do mais, é de se ressaltar que não se cogita da falta de interesse público na presente parceria, eis que destinada a promoção da saúde, sendo viável a inexigibilidade do chamamento público com base jurídica supracitada.

Assim, a formalização do Termo de Fomento possibilitará a Associação Capelinhense de Apoio aos Portadores de Câncer - ACPAC, por meio da conjugação de esforços com o Município de Capelinha, o atendimento ao seu objetivo, conforme apontado no plano de trabalho.

Segue, em anexo, para análise da Comissão de Seleção projeto apresentado pela entidade.

Diante do exposto, solicito à Vossas Senhorias que se dignem analisar a parceria pretendida, para posterior autorização e ratificação da presente justificativa, com a determinação de sua publicação no site do Município de Capelinha – <http://pmcapelinha.mg.gov.br/portal/>, pelo período de 05 (cinco) dias, para que havendo outra instituição com expertise, manifeste seu interesse, e, não havendo manifestação deverá ser publicada também no Mural do Paço Municipal para que produza seus efeitos.



**PREFEITURA DE  
CAPELINHA**

**PREFEITURA DE CAPELINHA**

CNPJ: 19.229.921/0001-59

Junto ao presente o demonstrativo orçamentário com existência de crédito e disponibilidade financeira para atender às respectivas despesas, na forma da Lei, com a seguinte dotação orçamentária: 08.01.03.1030200116203, Ficha 613, Fonte 1500000000.

Valor: R\$ 131.760,46 (cento e trinta e um mil, setecentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos).

Capelinha, 22 de agosto de 2025



**Luciano Costa Barbosa**  
**Secretário Municipal de Saúde**